

VIII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS

“História, Sociedade e Educação no Brasil” História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas.

TEXTO COMPLETO: PREÂMBULO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO NA CIDADE DE MANAUS (1889 – 1930).

AUTORES:

Profª MSc. Assislene Barros da Mota (coord.)
Profª MSc. Aglamir Prado da Silva
Profª Esp. Erilane de Souza Guimarães
Profª Esp. Alessandra Pinheiro

ACADÊMICOS-PESQUISADORES:

Carlos Barroco, Eliane Chaves, Iracema Arcanjo,
Maria do Perpétuo S. Rocha, Doralice Lira,
Cristina Bichara, Carla L. Moreira,
Cíntia Emanuely Ramos, Swely Imbiriba.

INSTITUIÇÃO: Escola Superior Batista do
Amazonas – ESBAM, Fundação Maria de
Nazaré, Centro de Pesquisa Integrada de
História e Memória da Educação (CEPIHME)
– Profª Sebastiana dos Santos Pereira Braga.

Ao refletirmos o contexto histórico-cultural e biossocial das Instituições Escolares de Manaus, deparamo-nos com escassez de literatura específica, deficiência de sistematização e organização de documentos escritos e materiais iconográficos, referentes à cultura escolar local. A referida pesquisa está focalizada sob o mirante de diversas experiências educacionais no período de 41 anos, o referido projeto foi desmembrado em dois momentos.

A primeira fase foi concluída em 2005 com a publicação do livro-pesquisa que contempla o título do referido projeto. A segunda fase de redefinição do CEPIHME foi reiniciada em julho de 2008, com a pesquisa em andamento.

Para este segundo momento continuamos com o mesmo recorte histórico e metodologia da fase anterior. Utilizamos instrumentos de garimpagem de informações constituídas a partir de documentos escritos e material iconográfico dos quais foram extraídos evidências e indícios referentes às práticas escolares. Os relatos de documentos humanos foram impossíveis de serem recuperados, pois a pesquisa está inserida num contexto temporal do final do século XIX e início do XX.

Mobilizamo-nos por meio de subprojetos (duplas e trios), com o envolvimento de acadêmicos do 3º, 4º, 6º e 7º períodos do curso de Pedagogia da ESBAM, para realizar o

rastreamento de fontes que antes se encontravam dispersas e desorganizadas. Esta ação permitiu a recuperação de alguns dos documentos, organizando-os. Dessa forma, emergiu um arquivo que veio facilitar a consulta dos mesmos, a fim de analisarmos o movimento da escola com a sociedade urbana de Manaus. Esta visão, própria de Magalhães (1999), enfatiza a construção da história por meio de fontes como a memória e o arquivo, pois para:

[...] compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1999, p. 64).

Trabalhamos com documentos existentes relacionados às instituições pesquisadas, recorrendo a fontes primárias e secundárias diversificadas como: regimentos internos, livros de ata das instituições, regulamentos, pareceres, livros de matrícula e de ponto, relatório de diretores, livro de chamada, registro de correspondências, artigos de jornais, revistas pedagógicas, legislação oficial sobre o ensino na época, fotos, entre outros.

Os documentos escritos também foram analisados pela concepção de Le Goff (1994), como fontes repletas de intencionalidade. Assim, os acadêmicos-pesquisadores, ao utilizarem as concepções, tomaram as devidas precauções, identificando seus autores e as circunstâncias em que foram produzidos. Contudo, a postura crítica dos acadêmicos-pesquisadores nunca foi de neutralidade.

Para essa nova fase da pesquisa iniciada em julho de 2008 e que se encontra em andamento, buscamos auxílio nos escritos de Ginzburg (1989) no sentido de extrair fatos, evidências, sinais, indícios e pistas. Entretanto, os acadêmicos-pesquisadores tiveram o cuidado de não se precipitarem diante dos fenômenos à primeira vista detectados, mesmo os mais evidentes.

O trabalho desenvolvido também permitiu incluir a recuperação de materiais iconográficos que possibilitaram a inferência de diversos enfoques acerca de determinados fatos. A intenção foi proporcionar a compreensão de uma época em termos de seu campo educacional. O que se pretende é oferecer uma visão histórico-cultural e biossocial das instituições de ensino que foram investigadas na abrangência de uma pesquisa de caráter *ex-post-fato* (fato passado).

Os integrantes da equipe do CEPIHME, além de se dedicarem aos seus objetivos específicos, realizaram encontros no transcorrer da pesquisa, com discussões e debates semanais (quartas e sábados) sobre assuntos de interesse de todos os subprojetos, além de realizarem permutas significativas de informações, sobre achados relevantes para mais de um subprojeto.

No tocante às fotografias, vários autores apontam sua importância nas pesquisas histórico-sociológicas, principalmente a ampliação do sentido de documento para a pesquisa e a importância primordial de materiais iconográficos (imagens, medalhões, micro-filmes, quadros, monumentos e charges).

Optamos pelo uso da fotografia, primeiramente como meio de preservação da memória ilustrada e também pela vantagem significativa da disposição existente desse material iconográfico nos lugares de memória investigados tais como: Biblioteca Pública, Arquivo Público do Estado, Associação Comercial do Amazonas, Arquivos do Jornal do Comércio e do Jornal A crítica, Centro Cultural Palácio Rio Negro, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, Arquivo da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC/AM, Museu do Porto, Biblioteca Arthur Reis, Diário Oficial do Amazonas e Museu Amazônico.

A continuidade desta pesquisa foi o de revisarmos e ampliarmos as informações alusivas às instituições escolares na cidade de Manaus, onde na primeira fase constatamos a existência de diferentes propostas educacionais. Primeiramente contextualizamos a cidade de Manaus, posteriormente, investigamos as Instituições: Escolas Noturnas de Manaus, que apresentavam clientela específica com o objetivo de preservar valores éticos e sócio-culturais; Instituto Benjamin Constant marcado por uma cultura religiosa, atendia especificamente o gênero feminino; Gymnasio Amazonense, permeado por valores morais, garantia a formação do profissional competente, futuros dirigentes do Estado; Escola de Comércio Sólon de Lucena, associada ao ensino profissionalizante; e os Grupos Escolares: Marechal Hermes, Barão do Rio Branco e Saldanha Marinho que tinham a proposta de educação popular primária, com a finalidade de manter o ideal republicano, elegendo-a como a restauradora do País. Na segunda fase, seguimos o mesmo recorte histórico e metodologia da pesquisa anterior, com a inclusão dos Grupos Escolares José Paranaguá e Presidente Bernardes.

Este trabalho está constituído por onze capítulos, dos quais, o último é destinado para depoimento dos acadêmicos-pesquisadores diante do significado que a Iniciação Científica representou para sua formação acadêmica.

Capítulo I – Contextualização histórico-cultural e biossocial de Manaus

Em decorrência do período áureo da borracha¹, que ocorreu entre os séculos XIX e XX surgiram várias transformações na cidade de Manaus, uma das poucas cidades a emergir de forma diferenciada, isto é, de aldeia a cidade. O impacto dessas mudanças ocorreu, principalmente, em relação aos aspectos de infraestrutura, econômicos, políticos e socioculturais. O objetivo dos governantes da época foi modernizar e adaptar Manaus às exigências do período da borracha, já que a arquitetura da cidade era construída por edificações em sua maioria de um só piso, no sistema pau-a-pique, algumas cobertas de palha, e alguns prédios públicos e particulares que se destacavam neste cenário provinciano.

Entretanto, foi no governo do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro² (1892-1896), que tais transformações sucederam-se vertiginosamente. Sua administração tinha como objetivo primário transformar a capital do Amazonas em uma cidade com características européias. Inicialmente, houve certa preocupação referente ao aspecto urbanístico da cidade que era desprovida de esgotos, estes eram despejados nas ruas ocasionando prejuízos à saúde pública.

Algumas providências foram consideradas emergenciais como: saneamento básico, água, esgoto, limpeza pública, vacinação. Foram também realizadas obras de grande expressão urbanística: o Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, o qual influenciou a construção de outras benfeitorias nas administrações subsequentes. Desta forma, ocorreu uma perda significativa na variedade da fauna e flora amazonense, o que refletiu na saúde da população.

Toda essa modernidade teve como consequência a modificação de uma cidade diante da exuberância da floresta, sem considerar o modo de vida da população local. Nesse período, Manaus atinge o apogeu da “*belle époque*”³ com ruas pavimentadas de batentes

¹Goma elástica, extraída do látex da seringueira – *Hevea brasiliensis* – adquiriu importância comercial por volta de 1840, depois da invenção da vulcanização pelo norte-americano Charles Goodyear. Entretanto, somente em 1890 aumentou sua exportação, devido ao processo de industrialização de materiais hospitalares, navais, bélicos e, principalmente de pneus, nos Estados Unidos e Europa, ocorrendo um *boom* econômico que repercutiu nas transformações em Manaus (LIPPI, 2001, p. 89-90).

²Natural do Maranhão possuía o título de bacharel em Matemática e Ciências Físicas. Ao concluir a Escola Militar do Rio de Janeiro, foi promovido a segundo-tenente de artilharia e enviado para o Terceiro Batalhão, no Amazonas. Foi o representante dos governadores da era da borracha no Amazonas. Teve provavelmente, a mais bem-sucedida administração e, em poucos anos, conseguiu realizar grande parte dos planos traçados, transformando a visualidade da capital amazonense (OTONI, 1997, p. 168).

³Grande parte dos excedentes econômicos era aplicada em projetos que visavam “civilizar” a cidade e, à medida que a elite local se fortalecia, estes projetos ganhavam mais importância. O aspecto da capital tornava-se uma das grandes preocupações dos administradores que, sob certas influências, promoveram consideráveis modificações em sua topologia. Proporcionou uma transformação radical em todos os setores da sociedade e refletiu marcadamente sobre o aspecto

em mármore de liós, prédios opulentos, iluminação elétrica esbanjando luxo e prosperidade. Outro fator relevante a acrescentar é a construção do Porto de Manaus, visto que a cidade naquela época não oferecia condições adequadas para a capital do Amazonas, pois quando o Rio Negro baixava o seu nível, impedia que os barcos aportassem nas rampas, por isso a construção de um porto flutuante, com estruturas para embarque e armazenamento de mercadorias com segurança e eficácia. Porém tais transformações causaram impactos de ordem ambiental, geográfica, socioeconômica e urbana.

Algumas implicações como problemas estruturais fizeram-se presentes na instrução pública, em atenção ao argumento que a população considerada pobre precisava ser educada, de acordo com os costumes europeus, e a maior dificuldade era o grande número de analfabetos existentes na cidade de Manaus no início da República, havia muito a ser feito, as melhorias foram mais intensas a partir do governo de Eduardo Gonçalves Ribeiro, **criando** uma instituição direcionada ao ensino secundário, **ou seja**, o Gymnasio Amazonense, enquanto o ensino primário, criado no governo anterior, também se propagava pela cidade.

A instrução pública expandiu buscando atender as novas necessidades exigidas para o ensino da época, mas ainda era precário o acesso, pois não estava ao alcance de toda a população, porque a existência de escolas nas periferias de Manaus era escassa.

Foi inevitável a influência cultural européia na educação manauense que passou a valorizar mais os estudos científicos de cunho positivista difundido pelos liberais republicanos (entusiasmados com a nova forma de governo) nos jornais estudantis da época, afirmando que a instrução é necessária ao homem e o progresso do país também depende da instrução, porém foram poucas as ações concretizadas.

Ressaltamos que o saber estava atrelado aos interesses sócio-políticos, influenciadores de saberes e fazeres, que refletiam gradativamente no modo de vida da população, pois os hábitos, costumes, pensamentos e idéias foram modificados, gerando uma nova identidade para a sociedade local.

Manaus não percebeu a chegada da crise da borracha que modificou todo o sistema econômico do Estado, desencadeando vários conflitos socioculturais e crises políticas. Ao analisar o contexto histórico-cultural e biossocial desta época, tratando-se das instituições

arquitetônico da cidade. Naquele momento histórico, Manaus era uma das cidades brasileiras a dispor de riquezas capazes de financiar os sonhos de uma elite ansiosa por ostentar um novo *status* e fazer da antiga Vila da Barra a moderna “Paris dos Trópicos” (MESQUITA, 1992, P. 325 - 328).

escolares, verificou-se que o ideal da educação estava direcionado às opulências e transformações oriundas da República Velha.

Capítulo II – Escolas Noturnas de Manaus

Foram descritos e analisados os dados recuperados relativos a essas instituições de ensino, enfatizando a criação e o desenvolvimento do processo didático-pedagógico, que tinham por objetivo a divulgação de suas práticas escolares.

A primeira Escola Noturna de Primeiras Letras foi criada pela lei nº 325 de 16/05/1872, na sessão extraordinária da Câmara Municipal de Manaus do dia 26/08/1872, aprovada por unanimidade.

Com a Proclamação da República foi dado um novo enfoque para essas escolas, devido as várias instituições privadas terem se envolvido também com este segmento de ensino, como a Sociedade de Propaganda Espírita do Estado do Amazonas e a Maçonaria. Posteriormente foram criadas mais duas escolas, sendo apenas uma oficializada com a denominação de Curso Noturno Gratuito em 31/07/1901, cujo currículo compreendia matérias como: português, aritmética, língua estrangeira, história, geografia e taquigrafia.

Das escolas noturnas criadas pela maçonaria, em termos da instrução pública local, consta que, em 1927, foi realizada uma campanha contra o analfabetismo de ordem interna, com intuito de conscientizar os membros da instituição, objetivando a prática da leitura efetuada em suas reuniões.

Capítulo III – Instituto Benjamim Constant

Ao buscarmos recuperar parte da história do Instituto Benjamim Constant, cujo precursor foi o Asilo Orfanológico Amazonense, nos deparamos com fatos dispersos em diferentes lugares de memória.

Em 17/05/1887, por intermédio da lei nº 749, o referido Asilo foi transferido para o prédio conhecido como Palacete de São Leonardo, que na época estava também ocupado pelo Museu Botânico do Amazonas. Posteriormente foi transformado no Instituto Benjamim Constant.

No governo do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, o Asilo Orfanológico foi extinto por meio do Decreto nº 11 de 26/04/1892, foi criado na mesma data o Instituto Benjamim Constant, cujo nome dado em homenagem a um dos idealizadores da República brasileira, o catedrático e republicano Benjamim Constant.

O corpo docente do Instituto era composto por 3 professoras e 3 adjuntas, nomeadas pelo Presidente do Estado para as aulas de ensino primário, música e prendas domésticas. Para fazer parte do corpo docente do Instituto, era exigido das candidatas que

fossem normalistas, habilitadas na capital, concursadas e que residissem no estabelecimento de ensino. O Regulamento de criação enfatizava que apenas algumas professoras tinham o privilégio de pernoitar fora do estabelecimento.

O corpo discente do Instituto, de acordo com o Regulamento de criação em seu art. 28, do capítulo IX, preconizava condições para sua admissão: ser órfã de pai e mãe; ter entre 5 e 10 anos de idade; não sofrer moléstia contagiosa ou repulsiva; não ter defeitos físicos; ser amazonense e ter tomado todas as vacinas. Elas eram obrigadas a permanecer no Instituto até a idade de 18 anos completos ou até que terminassem seus estudos.

As educandas estavam sujeitas a um regime disciplinar rigoroso com as seguintes punições: admoestação, repreensão, privação do recreio com estudo, cópia de lição ou trabalho de agulha, privação de saída e eliminação.

O currículo era oriundo do antigo Asilo Orfanológico Elisa Souto, composto pelas primeiras letras e prendas domésticas. As educandas eram separadas de acordo com a faixa etária. Durante o ano letivo, passavam por dois tipos de exames: o de habilitação e o final.

O Instituto promovia quermesses, recebia donativos mediante os quais foi construído o patrimônio da Instituição. Havia outras formas de aquisição de verbas por meio de trabalhos de costura, bordados, pequenos artefatos de indústrias caseiras, enxovais de batizados e casamentos.

Em 1892, o Instituto Benjamim Constant era administrado pelo Sr. Luis Duarte da Silva, o vice-diretor, Comendador Francisco de Souza Mesquita, e por um Conselho de Protetores, composto por uma regente e um juiz de órfãos da capital, uma secretária, e um médico, nomeados pelo governador do Estado.

No que se refere à arquitetura do prédio, segundo Mesquita (1999), na fachada predominava a tendência eclética e o estilo formal seguindo em linhas gerais a tradição clássica. A pintura externa original era cinza e branco. Em seus dois pavimentos, um era vazado por três portas em arco, e entre as três portas de cada pavimento existia um óculo⁴. Cinco janelas transpassavam a fachada lateral de cada corpo e o central era mais recuado. A escadaria que levava ao saguão, ficava no segundo pavimento, e duas colunas que acompanhavam a escada estendendo-se até a outra extremidade da parede. Tais colunas sustentaram o tablado suavemente decorado, além de possuir um amplo jardim que se nivelava à rua.

⁴ Abertura ou janela circular, destinada à passagem do ar e da luz.

No dia 04/05/1893, o então governador do Estado do Amazonas, Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, aprovou a primeira reforma administrativa do Instituto, nomeando para dirigi-lo cinco irmãs Filhas de Sant' Ana oriundas da Itália, representadas no Brasil pela Sórora Anna Victória Anchehi.

Esta é uma visão geral sobre a mencionada Instituição de ensino, voltada especificamente para atender ao sexo feminino, posto que várias informações foram provenientes de inferências realizadas por meio de evidências, sinais e pistas, **tendo** como suporte os escritos de Ginzburg (1989).

Capítulo IV – Gymnasio Amazonense Pedro II.

O Gymnasio Amazonense Pedro II, enquanto instituição vinculada à instrução pública na capital do Amazonas, teve sua trajetória delimitada por esse estudo, retratando inicialmente, a história da educação brasileira no âmbito do ensino secundário.

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, algumas medidas foram tomadas por D. João VI em relação à instrução pública, com intuito de atender a mencionada Corte. Foram criados cursos superiores e, com o tempo, fez-se necessário implantar cursos secundários.

O Ato Adicional de 06/08/1834 trouxe uma ruptura na legislação do ensino brasileiro, onde as Províncias obtiveram o direito de legislar sobre o ensino primário e secundário. Enquanto o ensino superior ficou sob a responsabilidade do poder Central. A princípio, os Liceus nas Províncias tinham a atribuição de oferecer aos alunos as disciplinas exigidas nos exames preparatórios para o ingresso ao ensino superior.

Os Liceus foram criados nas principais Províncias brasileiras, contemplando o currículo básico matérias como latim e retórica, gramática, grego, geografia e ciências naturais. Ficava a cargo das Assembléias Legislativas o preparo das modalidades de ensino e a formação do quadro de recursos humanos relativos à instrução pública.

As desigualdades regionais de ensino, principalmente geográficas e econômicas, protelaram a criação do Liceu Provincial Amazonense, fato este somente concretizado por intermédio do Regulamento nº 18 de 14/03/1869, no qual o presidente da Província na época, o Tenente-Coronel João Wilkens de Mattos, criou o Liceu Provincial Amazonense, precursor do Gymnasio Amazonense Pedro II, teve como primeiro diretor o Dr. José Maria D'Albuquerque Melo.

Antes de possuir sede própria, o Liceu Amazonense funcionou nas dependências do Seminário Episcopal de São José, passou por vários edifícios e, devido a essa rotatividade

de instalações, houve a necessidade da construção de uma edificação condizente com o seu funcionamento, fato concretizado no ano de 1880, no governo do então presidente provincial Dr. Sátyro de Oliveira Dias.

O prédio foi construído especificamente para o Liceu Provincial Amazonense. Possuía estilo neoclássico, composto por dois pavimentos, com salas amplas, corredores internos com janelas para as alas descobertas, onde estava localizado o teatro de arena. Fazia parte de sua estrutura um porão e três escadas que davam acesso à parte superior. Uma escada foi construída com madeira maciça e as outras duas com ferro, em formato de uma hélice. A fachada principal foi composta por quatro colunas feitas com pedra de cantaria e uma escadaria com mármore.

O primeiro governador do Estado do Amazonas Tenente-Coronel Augusto Ximenez de Villeroy, por meio do Decreto nº 15 de 17/01/1890 extingue o Liceu Provincial Amazonense por falta de recursos para mantê-lo. Porém, no governo do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro foi criado o Gymnasio Amazonense Pedro II por intermédio do Decreto nº 34, de 13/10/1893.

A preocupação das autoridades da época com a preparação do indivíduo para o domínio dos recursos científicos, os quais permitissem desenvolver suas habilidades e potencialidades, permitiu a criação de vários cursos.

Quanto ao currículo, em linhas gerais, era composto de acordo com o Regulamento Interno da instituição pelas seguintes disciplinas: português, francês, latim, inglês, alemão, aritmética, álgebra, geometria, física e química.

A organização administrativa contava com um diretor, um secretário, um amanuense, dois bedéis, um contínuo, um jardineiro e dois serventes.

Quanto ao corpo docente, sua formação era extremamente rigorosa, deveria passar por vários processos de seleção para assumir o cargo, por exemplo, passar por banca examinadora que era composta por quatro professores, cada lente podia interrogar o candidato durante meia hora.

A seleção para o ingresso dos alunos também era bastante rígida, prescrevendo que os mesmos deveriam prestar exames de admissão, a fim de serem matriculados. As exigências tinham por objetivo conduzir o educando a um aperfeiçoamento de valores morais, cívicos e intelectuais, para o cumprimento de deveres com a sociedade e a Pátria.

Capítulo V – Escola de Comércio Sólon de Lucena

No período do regime republicano o ensino técnico profissionalizante no Brasil estava dividido em categorias, cuja situação estendia-se à cidade de Manaus. Tal contexto nos chamou a atenção tornando-se o objeto central desta pesquisa.

As mudanças sócio-econômicas ocorridas após a 1ª Guerra Mundial tornaram-se evidentes, pois o processo de industrialização e urbanização transformou a sociedade brasileira e, conseqüentemente o âmbito educacional, reformulou também a estrutura curricular básica do Curso Comercial com a inserção do Curso Propedêutico, que era uma forma de introdução às ciências econômicas e comerciais. O Curso Comercial na cidade de Manaus foi criado pelo Decreto nº. 213 de 27/12/1897, inicialmente anexado ao Gymnasio Amazonense Pedro II. Neste momento a capital do Amazonas passava pelo processo de expansão vertiginosa, decorrente do “*Ciclo da Borracha*” (ver cap. I), o que exigia qualificação de mão-de-obra especializada para atender ao comércio local que se encontrava em expansão.

Em 26 de novembro de 1909, por meio da lei nº. 578, do Conselho Municipal de Manaus se deu a criação da Escola Municipal de Comércio, instalada, inicialmente na Rua Barroso, no prédio onde posteriormente funcionaria a União dos Estudantes Secundaristas do Estado do Amazonas. Entre 1921 e 1922 a Escola de Comércio enfrentou uma crise financeira, conseqüentemente foram feitos vários apelos a outros Estados brasileiros, no entanto, somente o então Governador da Paraíba, Dr. Sólon Barbosa de Lucena (fig.7), atendeu à solicitação e enviou recursos para a manutenção da Escola que, em reconhecimento a este ato, passou a chamar-se Escola Municipal de Comércio “Sólon de Lucena”.

A Reforma do Ensino Comercial no país ocorreu por intermédio do Regulamento Interno da referida Escola, passando por reformas em 1933 pelo Decreto nº. 20.158, de 30/07/1931, implantando os cursos propedêutico e perito contador. Estes atraíram alunos interessados em atuar na área, portanto, a Escola “*Sólon de Lucena*” se destacou como marco institucional em um período histórico na cidade de Manaus.

GRUPOS ESCOLARES: um processo de inovação nacional

No Brasil, os Grupos Escolares foram criados por intermédio da lei nº 169, de 7 de agosto de 1893, tornando-se um divisor na história da educação brasileira, o que permaneceu na memória popular com contribuições importantes no âmbito educacional e

sociocultural, colaborando para a formação intelectual e moral comprometida com o projeto de controle e ordem social da época.

Passados quatro anos de criação do Decreto de implementação dos grupos escolares em nível nacional, a capital do Amazonas tornou-se parte desse projeto em 9 de setembro de 1897, sob a lei nº 191, o que tornou a educação da região norte significativa. Essa política foi implementada em nível local, determinando que em cada grupo escolar deveria comportar a lotação de duas e no máximo cinco escolas isoladas, as quais seriam regidas por tanto professores quanto fossem necessários para um grupo de trinta alunos e, sempre que possível distribuídos em quatro classes correspondentes ao curso primário, sendo o cargo de diretor designado para um dos professores, pelo diretor geral da instituição pública.

Capítulo VI – Grupo Escolar José Paranaguá

Ao relatarmos os fragmentos da história e memória do Grupo Escolar José Paranaguá procuramos enfatizar os fatos mais importantes do referido Grupo, tendo como categoria de análise sua criação, inauguração, estrutura organizacional e de funcionamento, o currículo e o corpo docente e discente. Esta Instituição de ensino teve como patrono o Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, nascido no Rio de Janeiro em 28 de julho de 1855, que forá um dos mais renomados presidentes da Província do Amazonas.

Este estabelecimento de ensino foi inaugurado em 01/06/1895 no Governo do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, sendo este Grupo nomeado de “Escola Publica Primaria do Districto” na cidade de Manaus.

O Dr. José Paranaguá prestou relevantes serviços à educação amazonense, executando ações que beneficiaram o ensino local, atos que o credenciaram perante a história amazonense, como um dos mais hábeis e competentes governantes da Província do Amazonas.

Foram encontrados documentos ressaltando que no ano de 1909 existiam 46 escolas primárias mantidas pelos cofres do Estado, sendo uma complementar para o ensino misto. Destas 8 delas foram destinadas ao sexo masculino e 37 para o ensino misto, sendo que o 2º e 3º graus para o sexo feminino. Existiam também 17 escolas reunidas em 5 grupos dentre estes fazia parte o Grupo Escolar José Paranaguá.

Quanto à parte pedagógica-administrativa, existia um quadro de inspeções que era cumprindo pelo inspetor de ensino. Eram visitas inesperadas realizadas pelo referido inspetor, e que em todos os grupos, era observado se o andamento do ensino era regular e animador, e verificando também a assiduidade dos professores, inclusive dos lentes de

ginástica e das professoras da matéria de prendas domésticas. A metodologia empregada nessa época nos grupos escolares em Manaus era o método intuitivo.

A prática pedagógica desenvolvida pelos docentes do referido Grupo visavam o intelecto, a moral e o estreitamento do relacionamento entre professores e pais dos alunos, havendo sempre reuniões mensais e do círculo de pais e professores. A preocupação da instituição era de formar homens de boa índole, filhos com bons hábitos comportamentais.

Capítulo VII – Grupo Escolar Barão do Rio Branco

Procurou-se relatar por meio dessa pesquisa os fatos mais importantes sobre esse Grupo Escolar, enquanto instituição de ensino, que teve como patrono o Dr. José Maria da Silva Paranhos Júnior – o Barão do Rio Branco – título concedido por seus feitos durante sua regência como Cônsul brasileiro em 1905.

Esse Grupo Escolar tornou-se um dos mais renomados da cidade de Manaus, constando no Diário Oficial do Amazonas de 07/02/1983, que sua criação se deu no mês de março de 1905. Inicialmente, não possuía sede própria, sendo instalado no prédio do Gymnasio Amazonense Pedro II, funcionando no segundo pavimento da referida escola no centro de Manaus. Era formado por dez escolas correspondendo a cadeiras que segundo João Batista (1927) se dividia em dois turnos: matutino com seis escolas e o vespertino com quatro.

O Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Amazonas, no art. 957 de 1926, atribui aos diretores a incumbência de comparecerem assiduamente ao edifício escolar, fiscalizar os horários e programas, matricular todos os alunos, distribuindo-os pelas escolas e fazendo registrar toda a correspondência escolar, aplicando aos docentes, discentes e porteiros as penalidades de sua alçada.

Esse Grupo Escolar teve como primeiras professoras responsáveis pelas escolas no turno matutino: Antonina Oliveira, Auzira Franco, Ismenina Paulino Malaquias, Nertulina de Albuquerque Prado, Leonilla Guimarães Marinho e Graziella Machado; pelo turno vespertino: Ambrosina Cantanhede, Zélia Ramos, Maria de Oliveira Sant'Anna e Francisca das Chagas Carneiro.

O Grupo Escolar Barão do Rio Branco possuía um chalé anexado ao lado do prédio do Gymnasio Amazonense Pedro II, onde funcionava o jardim de infância, nessa época sob a responsabilidade das professoras: Francelina de Assis Dantas, Aurélia de Barros Rego, Alcida e Sylvia Sá Peixoto, inicialmente atendendo cento e cinco crianças.

Havia reuniões do Círculo de pais e professores, com a finalidade de aproximar a família da escola, com objetivo de desenvolver o intelecto, a moral, o civismo e a higiene, que deveria fazer parte da formação do alunado.

Com o crescimento da demanda de alunos, no decorrer dos anos foi necessária a transferência desse Grupo Escolar para o prédio localizado na Av. Joaquim Nabuco, 1152 no centro da cidade que, segundo Ituassu (1927), anteriormente funcionou um hospital de cavalaria e um consulado português e, por ter no portão principal duas esculturas em forma de leões, ficou esse prédio conhecido popularmente como “Casa dos Leões”.

Capítulo VIII – Grupo Escolar Saldanha Marinho

Com a implantação dos grupos escolares nas principais capitais brasileiras (07/08/1893), ocorreram significativas modificações na cultura escolar da época. No entanto, em Manaus tal fato só se concretizou em 1897, com o surgimento dos grupos escolares em nível local. Destacamos o Saldanha Marinho por ser esse o objeto de estudo desta investigação.

Joaquim Saldanha Marinho foi homenageado como patrono desse Grupo Escolar. Nascido em Olinda no dia 04/05/1816 e após formar-se em direito, ocupou vários cargos de relevância política, como o de Deputado Geral da Província do Amazonas, falecendo no Rio de Janeiro em 27/05/1895.

A criação do referido Grupo foi sancionada pelo governador do Estado do Amazonas, na época, Dr. José Cardoso Ramalho Júnior, conforme Decreto nº 393, de 03/02/1900.

Devido ao excedente de alunos de duas escolas existentes nesse período, foram desdobradas, agrupando-as para constituírem o Grupo Escolar Saldanha Marinho de Manaus, funcionando em prédio próprio, situado na Rua de mesmo nome, esquina com Costa Azevedo, no centro da cidade.

Capítulo IX – Grupo Escolar Marechal Hermes

Ao trazermos à memória fragmentos da história desse Grupo Escolar, observamos que muito se perdeu, pois segundo a concepção de Lê Goff (1996), quando da escassez de fontes primárias e secundárias (documentos escritos) e materiais iconográficos, necessário se faz considerarmos as informações garimpadas em termos das evidências, sinais e indícios recuperados, utilizando como ponto de análise inferências (Ginzburg, 1986).

Fundado por meio do Decreto lei nº 1049 de 23/02/1914, o referido Grupo Escolar não possuía prédio próprio, porém dados coletados pela pesquisa, identificam que uma de suas instalações foi num prédio localizado na Rua Saldanha Marinho no centro de Manaus.

Fizeram-se presentes a essa cerimônia de inauguração, o então governador, Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, bem como outras autoridades. Todavia, esse Grupo não permaneceu por muito tempo neste endereço, tendo como última sede o edifício da Câmara Municipal de Manaus, localizado na Av. 7 de setembro no centro da cidade.

O Grupo Escolar Marechal Hermes teve como patrono o Tenente-Coronel Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Esta instituição pública oferecia o ensino primário, estando sob a regência de professores normalistas. Este curso preliminar tinha duração de quatro anos abrangendo dentre outras as seguintes matérias: leitura e princípios de gramáticas, cálculo aritmético, geometria prática, música e canto, exercícios ginásticos, química e história natural nas suas mais simples aplicações, especialmente na higiene. Os trabalhos manuais eram aplicados de acordo com a faixa etária e o sexo correspondente.

De acordo com a Revista Educação, impressa na década de 1930 pela Sociedade Amazonense de Professores, essa vinha dando ênfase as práticas escolares desenvolvidas tanto pelos docentes quanto discentes, destacando ainda, a natureza metodologia aplicada, bem como o desempenho intelectual, moral e cívico dos estudantes.

Quanto a fontes orais, encontramos uma remanescente da época de 1937 – Prof^a Alzira Reis Góes, falecida recentemente aos 102 anos de idade, sendo esta um monumento vivo desse Grupo Escolar, tendo exercido diversas funções junto a esta instituição. A contribuição dos seus relatos nos forneceram informações valiosas para a reconstituição da história desse Grupo Escolar.

Com relação às atividades comemorativas os alunos desde seu início eram bastante atuantes como evidencia o jornal “O Tempo” (1914), destacando discursos proferidos pelos alunos e professores, bem como também eventos associados à data alusiva ao dia da árvore e dia dos professores, ambos comemorados na área externa do Grupo. Essas atividades comemorativas contavam com a participação dos familiares, dos alunos e da comunidade escolar e geralmente eram iniciadas com a entoação do hino nacional brasileiro.

Segundo Souza (1998) as mudanças fundamentais concernentes a política voltadas aos grupos escolares, referem-se basicamente a organização do ensino em tempos de sua estrutura (divisão do trabalho docente e classificação dos alunos) assim, o Grupo Escolar Marechal Hermes funcionou rigorosamente conforme as diretrizes estabelecidas como políticas públicas em nível nacional.

Capítulo X – Grupo Escolar Presidente Bernardes

Este estudo tem como finalidade recuperar a história e memória das práticas escolares do Grupo Escolar Presidente Bernardes, enfatizando as práticas pedagógicas e ações administrativas associadas tanto à legislação oficial quanto a documentos não oficiais, que foram desenvolvidas nesta instituição no transcorrer do período considerado por essa pesquisa.

O Grupo Escolar Presidente Bernardes foi criado em 15 de novembro de 1925, com cinco cadeiras, como uma instituição mantida pelo Governo do Estado. O então interventor Federal no Estado do Amazonas, Sr. Alfredo Sá, utilizando de suas atribuições, conferiu a esta instituição de ensino a denominação de Grupo Escolar Presidente Bernardes, em homenagem ao então Presidente da República (1922 – 1926). O prédio foi construído à Rua Silva Ramos, s/n, no centro da cidade, com o fim único de abrigar essa unidade escolar.

O patrono, Dr. Arthur da Silva Bernardes, advogado e político, nasceu em Viçosa (MG), no dia 8 de agosto de 1875 e faleceu no Rio de Janeiro em 23 de março de 1955.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa de Iniciação Científica vem sendo desenvolvida em dois momentos distintos, porém com a mesma intenção, ou seja, de contribuir para a ampliação do conhecimento e a preservação da cultura escolar manauense, diante do contexto histórico-cultural e biossocial das Instituições Escolares de Manaus, compreendendo o período de 1889 – 1930, devido termos nos deparado com a escassez de literatura específica, referentes à cultura escolar local. Diante disso, essa pesquisa teve como objetivo recuperar fragmentos da história e memória das instituições de ensino investigadas, tendo como recorte histórico o período da Primeira República (1889 – 1930), utilizando como fontes de pesquisa documentos escritos e materiais iconográficos. Os relatos de fontes orais foram escassos, uma vez que a pesquisa tem seu recorte datado do final do século XIX e início do XX.

A primeira fase do projeto foi concluída com a publicação do livro-pesquisa que contempla o mesmo título do projeto; para esta segunda fase de revisão e ampliação, continuamos com a mesma metodologia de trabalho, procurando recuperar fragmentos das condições de oferta e demanda da educação sob diferentes mirantes, identificando e analisando o contexto em que as instituições investigadas estavam inseridas, suas práticas escolares, seus significados e contribuições para a sociedade local.

Este trabalho foi desenvolvido de forma coletiva, voltado para atender o comportamento do campo educacional manauense com intuito de descrever e relatar a trajetória de cada instituição escolar, seu processo de criação, implementação, consolidação e expansão, bem como as transformações que se sucederam.

Cada Instituição de ensino investigada revelou-se única, nas suas práticas escolares, uma vez que os saberes e fazeres produzidos nos interesses de cada escola as diferenciavam, devido às influências provenientes dos diferentes grupos sociais, mas, ao mesmo tempo, foi mediado por uma cultura própria que cada instituição de ensino produziu.

REFERÊNCIAS

1. GARCIA, Etelvina. **Manaus, referências da história**. Manaus: Ed. Norma, 2005.
2. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Schwarcz LTDA, 1989.
3. ITUASSU, Oyamar César. **História das ruas de Manaus**. Manaus, 1997.
4. LE GOLFF, J.Jacques. **Memória e história**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
5. MAGALHÃES, J.P. **Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo**. Texto apresentado XVI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 1996.
6. MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: história e arquitetura**. Manaus: Ed. Universidade do Amazonas, 1997.
7. SOUZA, João Batista Farias e. **Instrução do Amazonas**.1ª parte. Manáos, 1927.
8. SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910)**. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS

1. REVISTA DE EDUCAÇÃO DA SOCIEDADE AMAZONENSE DE PROFESSORES. Manaus, 1933.
2. Jornal. **“O Tempo”**. Manaus, terça-feira, 12 de mai. 1914
3. AMAZONAS. Collecção de Decretos Leis e Regulamentos do Estado do Amazonas. Tomo I. 1890/1892.
4. Cd Rom. Manaus: A História em Imagens. Parte integrante do Jornal A Crítica, 2003.

5. AMAZONAS. Relatório da Província do Amazonas do Tenente-Coronel João Wilkens de Mattos de 14 de março de 1869.
6. ANNUÁRIO DO GYMMINASIO AMAZONENSE PEDRO II. Comemorativo do cinquentenário de sua fundação, nº 2, 1936.
7. AMAZONAS. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Amazonas. Decreto nº 213, de 27 de dezembro de 1897.